

COMISSÃO DE AGRICULTURA, PECUÁRIA, ABASTECIMENTO E DESENVOLVIMENTO RURAL

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 116, DE 2025

Susta a portaria interministerial MDA/MF nº 4, de 7 de março de 2025 que “Estabelece o quantitativo de adjudicações a serem efetuadas no exercício fiscal de 2025, no âmbito do Programa Terra da Gente”

Autor: Deputado RODOLFO NOGUEIRA

Relator: Deputado ZUCCO

I - RELATÓRIO

O Projeto de Decreto Legislativo (PDL) nº 116, de 2025, tem o objetivo de sustar “a Portaria Interministerial MDA/MF nº 4, de 7 de março de 2025 que ‘estabelece o quantitativo de adjudicações a serem efetuadas no exercício fiscal de 2025, no âmbito do Programa Terra da Gente’”.

O PDL foi distribuído às Comissões de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural; Finanças e Tributação (mérito e art. 54, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados - RICD) e Constituição e Justiça e de Cidadania (mérito e art. 54, do RICD).

Após a análise pelas Comissões, a proposição será objeto de apreciação pelo Plenário e seu regime de tramitação é ordinário, conforme o art. 24, inciso I e o art. 151, inciso III, ambos do RICD.

É o Relatório.

2025-6836



II - VOTO DO RELATOR

Vem à análise desta Comissão o Projeto de Decreto Legislativo (PDL) nº 116, de 2025, que tem o objetivo de sustar “a Portaria Interministerial MDA/MF nº 4, de 7 de março de 2025 que ‘estabelece o quantitativo de adjudicações a serem efetuadas no exercício fiscal de 2025, no âmbito do Programa Terra da Gente’”.

Não é novidade que o atual (des)Governo tem movido mundos e fundos para destinar recursos e terras a seus apadrinhados político-partidários. Dizem defender os mais necessitados, quando, na verdade, utilizam o falso manto protetivo para usurpar os recursos de políticas públicas em proveito próprio e de sua base eleitoral.

No âmbito da Reforma Agrária, essa sistemática cruel também impera. Enquanto os trabalhadores rurais ficam jogados à mercê, com suas crianças em barracos de lona, os falsos líderes recebem recursos e terras. Enquanto o trabalhador rural continua em condições indignas, o Governo cria novos assentamentos, para mostrar números, mas sem qualquer preocupação com as condições das famílias que são ali jogadas e ficam a sofrer todos os tipos de abusos por parte das falsas “lideranças”.

Os dados indicam que já foram destinados 89,5 milhões de hectares de terra à reforma agrária. Para se ter uma ideia, a área equivale à soma dos territórios da França e da Alemanha, e supera em 25 milhões de hectares toda a área utilizada para o plantio agrícola no Brasil. Por outro lado, a produtividade nos assentamentos não chega a 13,2% da produtividade auferida nas demais áreas, com uma renda mensal por família de míseros 290 reais¹.

Nesse contexto, temos presenciado o Governo apenas falando em destinação de novas áreas e criação de novos assentamentos, mas não se fala em tornar produtivos os assentamentos já existentes. Não se fala da dignidade do assentado, mas só em invasões e desapropriações. É como

¹ Dados disponível em https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=2331604&filename=REL%202/2023%20CPIMST.



construir escolas e não se preocupar com a contratação de professores, com o fornecimento de energia elétrica, da merenda escolar e do material didático.

Nesse contexto, surge o programa Terra da Gente, que, sob a maquiagem de uma causa nobre, nada mais faz que alimentar todo esse sistema perverso de invasões, locupletamento ilícito e inoperância de uma importante Política Pública.

Não era de se esperar algo diferente de um Governo no qual o próprio Ministro da Agricultura se diz “amigo do MST”² ou de um Presidente da República que convida o Sr. João Pedro Stédile, mentor intelectual da balbúrdia, para acompanhá-lo em viagem institucional à China; que nomeia membros do MST como superintendentes do Incra; que nomeia como gestor um cidadão cujo currículo aponta a invasão de terras como prática profissional; e que afirma não ser crime a chamada “ocupação”.^{3, 4}

Por todo esse contexto, somos a favor do PDL nº 116/2025, que busca suspender a pretensão governamental de gastar 700 milhões de reais apenas com as adjudicações de imóveis rurais para a criação de assentamentos, sem contar as outras modalidades de obtenção de terras. Querem, utilizando-se de todos os meios, continuar fomentando o gigantesco esquema de formação de apoio político-partidário, em detrimento da verdadeira reforma agrária e da liberdade do produtor rural.

Assim, votamos favoravelmente à proposição e convocamos os Pares a igual posicionamento.

Sala da Comissão, em de de 2025.

Deputado ZUCCO
Relator

2025-6836

² Disponível em <https://istoe.com.br/favaro-surpreende-ao-se-dizer-amigo-do-mst/>.

³ Disponível em <https://veja.abril.com.br/coluna/clarissa-oliveira/por-que-lula-levou-a-joao-pedro-stedile-achina>.

⁴ Disponível em <https://oglobo.globo.com/politica/noticia/2023/07/30/nomeado-por-lula-superintendente-do-incra-citaocupacao-do-mst-como-experiencia-profissional-em-curriculo.ghtml>.

